PROJETO DE LEI Nº , DE 2019

(Do Sr. Célio Studart)

Cria o Fundo Nacional de Proteção
Animal

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica instituído o Fundo Nacional de Proteção Animal, com o objetivo de financiar políticas públicas, programas e ações que busquem proteger e garantir, em todo o território nacional, os direitos de animais domésticos ou silvestres.

Art. 2º O Fundo Nacional de Proteção Animal terá como receita:

I – multas aplicadas pelo Poder Público a aqueles que praticaram maus-tratos contra animal;

II – multas advindas de crimes ambientais;

III - recursos destinados no orçamento da União;

IV - contribuições de instituições públicas ou privadas;

V – doações de pessoas físicas ou jurídicas.

Art. 3º Os recursos do Fundo Nacional de Proteção Animal deverão ser aplicados em prol do bem-estar animal, notadamente em políticas públicas, programas e ações que provam a adequada alimentação, devido abrigo e tratamento de animais domésticos ou silvestres.

Art. 4º O Fundo Nacional de Proteção Animal é administrado pelo Ministério do Meio Ambiente.

Art. 5º Esta lei pode ser regulamentada para garantir a sua fiel execução

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação

JUSTIFICAÇÃO

Nossa Constituição Federal de 1988 apresenta, no caput do seu art. 225, que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Ainda seu art. 225, no inciso VII, nossa Lei Maior determina que o Poder Público deve proteger a fauna e a flora. Sendo legalmente vedadas as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

Entretanto, os direitos dos animais são diuturnamente vilipendiados no território brasileiro. Infelizmente, acontecem diversos tipos de crueldade com animais em nosso país, e caso recente que se tornou notório foi o do cachorro “Manchinha”.

Este dócil cachorro foi brutalmente ferido de morte por um segurança de uma grande rede de supermercados, na cidade de Osasco, no Estado de São Paulo.

Em decorrência disso, esta empresa firmou acordo com o Ministério Público do Estado de São Paulo e Município de Osasco em prol da causa animal. Assim, a empresa irá reverter um milhão de reais a fundo ligado à causa que será criado pelo município.

Pelo acordo proposto pelo Ministério Público, e aceito pela empresa, o valor destinado será revertido em: castração de cães e gatos; compra de medicamentos para o Hospital Municipal Veterinário ou canil municipal; e compra de ração para associações, ONGs e demais entidades na cidade.

Nesta esteira, assim como o respeitado Município de Osasco criará fundo para proteger vossos animais, a União Federal deverá ter o Fundo Nacional de Proteção Animal.

Este Fundo Nacional ora proposto terá o condão de financiar políticas públicas, programas e ações que busquem proteger e garantir os direitos dos animais em todo o território brasileiro.

Pela oportunidade e relevância na defesa dos direitos dos animais, requer-se a aprovação deste Projeto de Lei por parte dos nobres pares.

Sala das Sessões, 16 de abril de 2019

Dep. Célio Studart

PV/CE